

***Colegiado discute a legalidade de recusa da operadora de firmar contrato de plano de saúde com pessoa que tem restrição em órgão de proteção ao crédito***

Operadora pode recusar contratação de plano de saúde por pessoa que possua nome inscrito em órgão de restrição ao crédito? É o que o STJ voltou a julgar nesta terça-feira, 8. Após novo pedido de vista, a análise do caso foi adiada.

Até o momento, a relatora, ministra Nancy Andrighi, considerou que não há irregularidade na conduta da seguradora. O ministro Moura Ribeiro votou para vedar a prática, considerando que seria "diferenciar pessoas".

No caso, seguradora de saúde recorreu de decisão do TJ/RS que atendeu pedido de consumidora que teve contratação de plano de saúde negada por ter nome inscrito em órgão de restrição ao crédito.

**[Leia aqui na íntegra.](#)**

**Fonte:** Migalhas, em 08.08.2023